

Rui pede apoio em negociação com BNDES

O petista e outros governadores do Nordeste se reuniram com o presidente do Senado

GUILHERME REIS

Ontem, em Brasília, o governador Rui Costa (PT) se reuniu com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB), junto com os demais governadores nordestinos e senadores para apresentar a Carta de Salvador, elaborada durante o 8º Encontro dos Governadores do Nordeste, na última quinta-feira (11), na capital baiana. Um dos assuntos destacados no encontro foi o cumprimento da Lei Complementar 156/16, que estabeleceu a dilatação, com carência, do prazo para pagamento das dívidas refinanciadas pelos estados. Alegando falta de regulamentação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ainda não cumpriu os parâmetros fixados pela lei.

"Nós pedimos apoio do Senado para projetos de leis que foram votados e não estão sendo cumpridos, entre eles a renegociação das dívidas, em que o BNDES se recusa a cumprir a lei que foi votada aqui. De todo o volume de renegociação dos estados, o Nordeste ficou apenas com 6% e mesmo esses 6% o BNDES está se negando a fazer a negociação, descumprindo e afrontando a lei. Os estados do Nordeste saem satisfeitos do Senado por terem encontrado uma ressonância na defesa dos interesses do povo nordestino", afirmou Rui. De acordo com governador, uma sessão temática será realizada no Senado para discutir a renegociação das dívidas com o BNDES, além da "questão dos depósitos judiciais, que também têm uma lei aprovada aqui no Senado e no Congresso Nacional, mas que Banco do Brasil e Caixa também não estão cumprindo".

Outro item destacado da Carta de Salvador no Senado foi a previdência complementar regional, a

partir da adesão dos estados à fundação de previdência já instituída na Bahia. "A PrevNordeste é uma forma de dividir os custos da gestão, para ficar mais barato para cada estado e para possibilitar um ganho maior aos servidores estaduais. É um volume maior a ser aplicado e o poder de barganha da previdência é maior perante os bancos do que cada estado, separadamente, tentar conseguir uma aplicação mais rentável. Ganham os servidores, que vão conseguir rentabilidade maior, e os estados, que passam a ter um custo de gestão diluído por nove estados", acrescentou o petista. Ainda nesta ontem, o grupo segue para a Câmara dos Deputados e encerra a agenda em Brasília em reunião com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto.

UM DOS assuntos destacados no encontro foi o cumprimento da lei que estabeleceu a dilatação, com carência, do prazo para pagamento das dívidas refinanciadas pelos estados

Jonas Oliveira - Ag. Senado



Senado aprova recuperação fiscal dos estados

Senadores aprovaram por 56 votos a 9 o projeto que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e Distrito Federal (RRF) na noite de ontem. Parlamentares rejeitaram todos os destaques ao texto, que agora vai à sanção presidencial. A provação representa um alívio para os Estados em calamidade fiscal, como o Rio de Janeiro. A proposta foi posta em pauta e aprovada em cerca de uma hora de discussão após negociação para que outro projeto, que trata da

convalidação de incentivos fiscais, fosse colocado em votação na Câmara dos Deputados. Esta segunda proposta atende Estados que não serão beneficiados pelo regime de recuperação fiscal.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), leu em plenário uma mensagem de celular do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), confirmando que havia acordo para votação do projeto na Câmara. A proposta será a pauta única dos deputados na pró-

xima terça-feira, 23, de acordo com a mensagem lida por Eunício. O projeto suspende o pagamento das dívidas estaduais com a União por três anos, prorrogáveis por mais três, desde que sejam adotadas contrapartidas com medidas de ajuste fiscal. O projeto foi enviado ao Congresso pelo Palácio do Planalto em fevereiro. Desde então, o governo vem articulando para aprovar a proposta, que pode atender aos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Neto comemora parcelamento do INSS por Temer

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito ACM Neto (DEM) celebrou a decisão do Governo Federal de parcelar a dívida dos municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Salvador está entre os maiores devedores da Previdência. O gestor soteropolitano se antecipou às críticas e negou que o gesto se trate de um artifício que o Palácio do Planalto estaria usando para ganhar mais apoios para a provação da polêmica Reforma da Previdência. "Moeda de troca para mim não é, porque a minha convicção em relação às reformas não tem nada a ver com qualquer benefício que o governo possa conceder. Primeiro ponto. O segundo ponto é que eu acho que isso é muito importante para os municípios nesse momento. A crise econômica afetou dura-

mente os municípios", afirmou Neto, ontem, durante a Jornada Transformadora: Educação, promovida pela ONG Parque Social.

O demista ainda defende a tese de que muitas dívidas atuais da Previdência são de problemas em gestões anteriores.

"Em geral, os municípios têm dívidas históricas com o INSS, que não são dívidas do presente, são de um passado, às vezes de um passado muito distante. Tudo o que possa significar um alívio para as dívidas vêm em boa hora. Acho que foi uma boa decisão do presidente [Michel Temer]", completou o prefeito. No início de abril, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) divulgou uma lista com os 500 maiores devedores da Previdência e a capital baiana ficou na 44ª posição do ranking, com dívida que soma R\$ 316.274.885,45. Na

Bahia, as dívidas somam mais de R\$ 1,6 bilhão.

Além de Salvador, outras cinco pessoas jurídicas também fazem parte do ranking baiano: Universidade Católica de Salvador (R\$ 308.110.190,36), Prefeitura de Itabuna (R\$ 161.027.439,59), Prefeitura de Barreiras (R\$ 115.477.315,65), Prefeitura de Porto Seguro (R\$ 100.042.950,99), Serviços Médicos Cirúrgicos da Bahia (R\$ 83.405.567,79) e Fundação Visconde de Cairu (R\$ 76.956.203,72). ACM Neto já defendeu a Reforma da Previdência em algumas declarações públicas. "Eu acho que tem que haver mudanças na Previdência brasileira. É preciso ter reforma. Agora, os detalhes finais a gente tem que aguardar o desenrolar do debate no Congresso Nacional", afirmou o prefeito, no final de março, durante o lançamento do Festival da Cidade.



GESTOR negou que o gesto se trate de um artifício do Palácio do Planalto para ganhar mais apoio à Reforma da Previdência

Deputada nega envolvimento no esquema da Águia de Haia

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A deputada estadual Ângela Sousa (PSD) procurou a Tribuna para negar qualquer envolvimento no esquema investigado pela Operação Águia de Haia. O nome da parlamentar foi citado na delação premiada do empresário Kells Belarmino, sócio-proprietário das empresas de fachada contratadas por municípios baianos para desviar recursos da educação.

A deputada foi citada no bojo de inquérito policial firmado para apurar suposta prática de delitos licitatórios no município de Una. Uma reportagem do jornal publicada no sábado reproduziu o depoimento do líder do esquema de corrupção investigado. Belarmino afirmou que Ângela supostamente intermediava contratos superfaturados com as prefeituras e que ela ficava com 5% dos 30% dos recursos que voltavam para os prefeitos envolvidos. Em nota enviada ao jornal, a assessoria jurídica dela refuta as acusações.

"É de se ressaltar que não há qualquer elemento que diga respeito à prática de qualquer conduta voltada à violação de procedimentos licitatórios. Tanto assim é que o próprio Ministério Público Federal res-

saltou, em parecer anexado aos autos que: 'Dessa forma, não restou comprovada a autoria do crime do art. 90 da Lei de Licitações por parte da deputada Ângela Sousa, razão pela qual este parquet promove o arquivamento do feito em relação à parlamentar neste ponto', declara a defesa da parlamentar.

A nota ressalta ainda que "o posicionamento do Ministério Público foi acolhido pelo Tribunal Regional Federal, tendo sido arquivado o inquérito". "Desta forma, a Justiça já reconheceu a ausência de participação da deputada Ângela Sousa em eventual irregularidade no procedimento licitatório", continua a defesa da parlamentar. Ângela Sousa ressalta que "o acusado Kells Belarmino não age com a verdade quando diz que ela intermediou contrato com prefeituras, inclusive com a prefeitura do município de Una que, na época, era liderada por um prefeito do Partido Progressista e não mantinha nenhuma relação política com o seu mandato". Ela afirma ainda que "o despacho do desembargador Cândido Ribeiro, não se comprova a participação da deputada no esquema de desvio de recursos públicos". À Tribuna, Ângela ainda afirmou que "nunca teve contato" com Belarmino.

Câmara aprova projeto que expande Reda na prefeitura

ROMULO FARO
REPÓRTER

Os vereadores de Salvador aprovaram na sessão ordinária de ontem o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 02/2017, de autoria do Executivo, que altera e acrescenta dispositivos ao Estatuto do Servidor Municipal, ao Plano de Carreira dos Servidores Públicos do município e à Lei Complementar nº 65 de 04 de abril de 2017. O projeto cria duas novas categorias para o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), estende o abono salarial para área de qualificação médica e pessoal da área de cozinha; e garante o pagamento de auxílios aos servidores.

A matéria original sofreu apenas uma modificação, por meio de uma emenda do vereador Luiz Carlos Suíca (PT), para garantir que o mesmo percentual de abono concedido aos servidores efetivos seja estendido aos de contrato temporário, admitidos por meio do Reda a partir da data em que a lei a ser sancionada pelo prefeito ACM Neto (DEM) passe a vigorar, conforme publicação no Diário Oficial do Município. A emenda do opositor foi acatada em plenário e pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara, vereador Paulo Magalhães Júnior (PV). A votação foi rápida e tranquila em

Foto: Antonio Queiros



A MATÉRIA original recebeu apenas uma emenda de Suíca (PT)

plenário, pois foi acertada em acordo fechado em reunião do Colegiado de Presidentes das Comissões Permanentes, antes da sessão ordinária. Liderada pelo vereador José Trindade (PSL), a bancada da minoria destacou que votaria a favor do projeto, mas contrária aos três artigos que faziam referência à ampliação do Reda na administração municipal. José Trindade fez "um apelo" à bancada do governo, para que o projeto seja sancionado no máximo até a próxima segunda-feira.